

# SCG IV Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Aos Administradores e Acionistas da

### SCG IV Holding S.A.

São Paulo – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SCG IV Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Valor recuperável de ágio com vida útil indefinida

Veja a nota 14 das demonstrações financeiras

#### Principais assuntos de auditoria

A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial um saldo relevante de ágio referente a aquisição da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.

Conforme o CPC 01, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio).

O teste de redução ao valor recuperável está sujeito a incertezas relacionados às premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, principalmente, a determinação da taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto.

Devido às incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

#### Como a auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto, e comparamos essas premissas com informações de mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera.

Adicionalmente, efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia, assim como análise da performance atual em comparação com o orçado no ano anterior. Também avaliamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

- Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ágio, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

Veja a nota 19 das demonstrações financeiras

### Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021 saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 30.365, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição e diferenças temporárias, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudo técnico realizado por meio de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Na determinação dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza-se de certas premissas, tais como estimativas de receitas de locações, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras, informações de projeções macroeconômicas e dados históricos as quais fundamentam as expectativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos próximos exercícios.

Devido as incertezas inerentes ao processo de determinação dessas estimativas, que são a base para a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### Como a auditoria endereçou esse assunto

- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
  - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas da área tributária, da natureza das diferenças temporárias existentes à luz da legislação fiscal vigente;
  - Ainda com o apoio desses especialistas, avaliação das bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis;
  - Comparação das projeções de lucro tributável preparadas pela Administração com os resultados efetivos auferidos pela Companhia, contemplando tanto o exercício atual, quanto retrospectivos, de maneira a avaliar a assertividade da Administração em relação às previsões de seus resultados tributáveis; e
  - Análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração em seu estudo de realização dos tributos diferidos.
    - Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes não materiais que afetaram a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as divulgações relacionadas, os quais não foram registrados e divulgados pela administração.
    - Consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga

Contadora CRC 1SP-251062/O-5

## SCG IV Holding S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.754	48.859	11.619	2.085
Contas a receber de clientes	9	24.466	25.185	-	-
Estoques	10	26.848	11.544	-	-
Impostos de renda e contribuição social	11.a	-	1.554	-	-
Impostos a recuperar	11.b	10.512	1.494	708	482
Despesas pagas antecipadas		5.553	1.554	-	-
Outras contas a receber		2.623	1.564	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>113.755</b>	<b>91.754</b>	<b>12.326</b>	<b>2.567</b>
Impostos diferidos ativo	19	30.365	31.823	-	-
Impostos a recuperar	11.b	1.159	-	-	-
Outras contas a receber	20	900	1.675	-	-
Depósitos judiciais e cauções	20	494	501	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>32.918</b>	<b>33.999</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	12	-	-	231.082	229.876
Imobilizado	13	227.427	153.123	-	-
Intangível	14	140.429	139.745	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>400.774</b>	<b>326.867</b>	<b>231.082</b>	<b>229.876</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>514.529</b>	<b>418.621</b>	<b>243.410</b>	<b>232.442</b>

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	55.494	18.410	9.676	6.278
Passivos de arrendamentos	15	4.215	1.680	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	17	32.107	5.299	-	-
Dividendos a pagar		165	222	-	-
Adiantamento de clientes		487	1.252	-	-
Salários e provisões trabalhistas		7.227	5.769	-	-
Outras contas a pagar		1.539	-	-	-
Obrigações fiscais e trabalhistas	18	1.961	2.355	7	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>103.195</b>	<b>34.987</b>	<b>9.683</b>	<b>6.278</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	174.644	164.620	44.478	53.207
Passivos de arrendamentos	15	5.526	4.195	-	-
Provisão para demandas judiciais	20	1.744	2.207	-	-
Débitos com Pessoas Ligadas	26	9.660	-	9.660	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>191.574</b>	<b>171.022</b>	<b>54.138</b>	<b>53.207</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	214.100	214.100	214.100	214.100
Prejuízos acumulados		(34.512)	(41.143)	(34.512)	(41.143)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>179.588</b>	<b>172.957</b>	<b>179.588</b>	<b>172.957</b>
<b>Participação de não controladores</b>		<b>40.172</b>	<b>39.655</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>219.760</b>	<b>212.612</b>	<b>179.588</b>	<b>172.957</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>514.529</b>	<b>418.621</b>	<b>243.410</b>	<b>232.442</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2021	2020	2021	2020	
Receita operacional líquida	22	164.951	140.952	-	-
Custos dos produtos e serviços prestados	23	(94.466)	(77.561)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>70.485</b>	<b>63.391</b>	-	-
Despesas comerciais	23	(13.308)	(9.728)	-	-
Despesas administrativas	23	(22.530)	(13.071)	(639)	(719)
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	838	(545)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	23	1.483	43	-	-
Resultado da venda de ativos imobilizados		856	157	-	-
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>37.824</b>	<b>40.247</b>	<b>(639)</b>	<b>(719)</b>
Despesas financeiras	24	(22.581)	(14.170)	(5.689)	(4.896)
Receitas financeiras	24	6.821	4.684	3.918	3.154
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(15.761)</b>	<b>(9.486)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>(1.742)</b>
Resultados de equivalência patrimonial	12	-	-	12.140	16.368
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>22.064</b>	<b>30.761</b>	<b>9.730</b>	<b>13.907</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(5.673)	(4.628)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(1.458)	(5.211)	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(7.131)</b>	<b>(9.839)</b>	-	-
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>		<b>14.933</b>	<b>20.922</b>	<b>9.730</b>	<b>13.907</b>
Atribuível a:					
Controladores		9.730	13.907		
Não-controladores		5.203	7.015		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	14.933	20.922	9.730	13.907
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>14.933</b>	<b>20.922</b>	<b>9.730</b>	<b>13.907</b>
Atribuível a:				
Participação de controladores	9.730	13.907		
Participação de não controladores	5.203	7.015		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>214.100</b>	<b>(52.380)</b>	<b>161.720</b>	<b>34.600</b>	<b>196.320</b>
Lucro do exercício	-	13.907	13.907	7.015	20.922
Juros sobre Capital Próprio	-	(2.670)	(2.670)	(1.134)	(3.804)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(826)	(826)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>214.100</b>	<b>(41.143)</b>	<b>172.957</b>	<b>39.655</b>	<b>212.612</b>
Lucro do exercício	-	9.730	9.730	5.203	14.933
Juros sobre capital próprio	-	(3.099)	(3.099)	(1.347)	(4.446)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.339)	(3.339)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>214.100</b>	<b>(34.512)</b>	<b>179.588</b>	<b>40.172</b>	<b>219.760</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado antes de impostos</b>		22.064	30.761	9.730	13.907
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação do imobilizado	13	31.203	24.895	-	-
Amortização do intangível	14	558	287	-	-
Baixas de ativos imobilizados		8.296	9.304	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS		(11.045)	-	-	-
Juros com empréstimos e financiamentos	16	17.911	12.939	5.569	4.578
Juros sobre passivos de arrendamentos	15	878	538	-	-
Perda (redução) esperada do contas a receber	9	(838)	545	-	-
Provisão juros de operações de risco sacado	16	354	-	-	-
Perda com obsolescência de estoques	10	(797)	655	-	-
Constituição (reversão) para demandas e depósitos judiciais	20	(37)	(229)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	(12.140)	(16.368)
Remensuração de passivo de arrendamento	15	-	(577)	-	-
<b>Redução (aumento) nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais</b>					
Contas a receber de clientes		1.557	2.407	-	-
Estoques		(4.576)	3.647	-	-
Impostos a recuperar		4.449	1.288	(226)	(378)
Despesas pagas antecipadamente		(3.999)	(989)	-	-
Outras contas a receber		(284)	(790)	-	-
Depósitos judiciais e cauções		(45)	287	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar		26.808	1.056	-	(48)
Adiantamento de clientes		(766)	(921)	-	-
Pagamento de ações trabalhistas	20	(374)	(718)	-	-
Obrigações fiscais e trabalhistas		2.604	2.206	7	(88)
Demais contas a pagar		-	(15)	-	(15)
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		-	-	-	-
Juros pagos sobre arrendamentos	15	(878)	(538)	-	-
Juros pagos com empréstimos	16	(15.304)	(11.128)	(4.900)	(4.117)
Aquisição de imobilizado operacional para locação	13	(111.978)	(39.570)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.700)	(4.627)	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais</b>		<b>(41.938)</b>	<b>30.713</b>	<b>(1.959)</b>	<b>(2.529)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado	13	(5.121)	(3.976)	-	-
Aquisição de intangível	14	(1.242)	(1.200)	-	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(6.363)</b>	<b>(5.176)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(7.842)	(4.565)	-	-
Débitos com pessoas ligadas		9.660	-	9.660	-
Captação de empréstimos e financiamentos	16	60.150	5.000	-	-
Recebimento de dividendos		-	-	7.833	1.905
Captação de operação de risco sacado	16	6.296	-	-	-
Pagamentos de passivos de arrendamentos	15	(2.769)	(2.564)	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(22.299)	-	(6.000)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>43.196</b>	<b>(2.129)</b>	<b>11.493</b>	<b>1.905</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(5.105)</b>	<b>23.408</b>	<b>9.534</b>	<b>(624)</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício		<u>48.859</u>	<u>25.451</u>	<u>2.085</u>	<u>2.709</u>
No fim do exercício		<u>43.754</u>	<u>48.859</u>	<u>11.619</u>	<u>2.085</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(5.105)</u>	<u>23.408</u>	<u>9.534</u>	<u>(624)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A SCG IV Holding S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital fechado e tem sua sede na Avenida Jabaquara, nº 2229 no bairro Mirandópolis em São Paulo - SP, e possui como objetivo a participação em outras sociedades comerciais, como sócia, acionista ou cotista (“holding”). A Companhia foi constituída em 21 de março de 2014 e em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a alteração da razão social da Latefah Empreendimentos e Participações S.A. para SCG IV Holding S.A.

A Companhia controla a Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A. (“Tópico”) que é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2006 e em 27 de agosto de 2014 virou sociedade anônima de capital fechado. A sede da Tópico fica na avenida Jorge Alfredo Camasmie, nº 122, no bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - lote 20 - quadra C, na cidade de Embu das Artes no estado de São Paulo. A Tópico tem como objeto a fabricação de coberturas, estruturas metálicas, infláveis, entre outros itens para montagem de infraestrutura flexível e atuante também no segmento de locação e comercialização desses ativos, sendo líder neste mercado brasileiro.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem o Grupo e sua controlada (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

### 2 Relação de entidade controlada

Veja política contábil na Nota Explicativa 6a (ii).

Segue abaixo participação acionária do Grupo:

	<u>Participação acionária %</u>		
	País	2021	2020
Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.	Brasil	70	70

### 3 Base de preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram autorizadas pela diretoria em 29 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, descritas na Nota Explicativa 6.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

Os detalhes dos julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa nº 22** – Reconhecimento da receita: período de satisfação das obrigações de desempenho relacionadas aos contratos com clientes, bem como o preço de transação e a alocação do preço de transação às referidas obrigações de desempenho.

### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que têm um risco significativo de resultar em ajustes materiais em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 22** – Reconhecimento receita: determinação do momento da transferência do controle inerente a prestação de serviço de locação.
- **Nota explicativa 9** – Mensuração para perdas esperadas do contas a receber de clientes: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 19** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 13** - Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável, principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 14** - Intangível (ágio): teste de redução ao valor recuperável, análise de existência de indícios de imparidade dos ativos intangíveis (ágio);
- **Nota explicativa 20** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### **c. Mensuração dos valores justos**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de apresentação no momento que a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 25– Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, a menos que seja indicado de outra forma.

### **a. Base de consolidação**

#### **(i) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### **(ii) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(iii) Participação de acionistas não-controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(iv) Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(v) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos de investimentos, são eliminados contra a sua participação no patrimônio líquido da investida.

**b. Instrumentos financeiros**

**I. Ativos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da transação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as duas condições a seguir e não for designado pelo VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para cobrança de fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são mensurados a VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O lucro líquido, incluindo quaisquer juros, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). A receita de juros e a redução ao valor recuperável, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento (baixa)**

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos de recebimento aos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou o Grupo nem controla ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e não retém o controle do ativo financeiro.

**II. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(i) Desreconhecimento (baixa)**

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**III. Compensação**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**IV. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

O Grupo reconhece provisões para perdas de créditos esperadas (PCEs) sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura as provisões para perdas em um valor igual às PCEs o longo da vida útil.

O Grupo tem uma carteira com mais de 600 clientes, sendo que os mais relevantes, em termos de receita, representam menos de 10% da receita líquida. Considerando a baixa concentração da carteira, o Grupo adota o seguinte critério: com base em um percentual histórico de perdas efetivas da sua carteira, a provisão para perdas esperadas é calculada com base na aplicação de uma taxa média ponderada de perda esperada sobre o valor total do contas a receber. Essa taxa média ponderada de perda esperada é calculada dividindo-se o valor registrado como perda efetiva pela receita líquida anual. Essa taxa de perda esperada é revisada a cada data de apresentação, a menos que intervalos menores sejam necessários. A análise específica para clientes individuais é realizada quando qualquer situação específica for identificada.

A provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo

adota a política de baixar o ativo financeiro pelo valor contábil bruto, com base na experiência histórica de 12 meses de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera uma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos ao cumprimento da lei, a fim de cumprir os procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

**c. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos), para apurar se há qualquer indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (“UGC”).

O valor recuperável de um ativo ou “UGC” é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da “UGC”.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou “UGC” exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**d. Estoque**

Os estoques de matéria-prima, peças e acessórios são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo de produção, ajustados ao valor realizável líquido. Os estoques são compostos por matérias-primas nacionais e importadas, acessórios e materiais de consumo na produção. Além disso, quando necessário, uma perda para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques.

**e. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo determina se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o contrato transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo usa a definição de arrendamento contida no CPC 06 (R2).

***Políticas contábeis***

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente,

restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Grupo exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com a garantia de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no 'ativo imobilizado' e passivos de arrendamento no balanço patrimonial.

### **Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor**

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**(ii) Como arrendadora**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Não existem contratos de arrendamento financeiro em que o Grupo seja arrendadora.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo reconhece os arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento, como parte da sua receita operacional.

De maneira geral, as políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador no período comparativo não diferem daquelas do CPC 06 (R2).

Exceto em raras circunstâncias, os produtos do Grupo são personalizáveis para qualquer segmento de clientes, razão pela qual não há um risco significativo associado aos direitos retidos sobre os ativos subjacentes. Uma vez que os contratos de arrendamento forem encerrados, caso não sejam renovados, o Grupo prossegue com a desmontagem e customização do ativo para atender a outros contratos de arrendamento ou vende os ativos. Conseqüentemente, em função dessas particularidades dos ativos arrendados, não há acordos de recompra, garantia de valor residual ou outro tipo de instrumento utilizado para o gerenciamento desse risco, uma vez que a Administração o considera não significativo.

**f. Ativo imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, de transição do Grupo para as normas CPCs, foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Eventuais ganhos ou perdas na alienação de itens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos de segurança	05 anos

Instalações	10 anos
Estruturas	15 anos
Ferramentas	05 anos
Coberturas	11 anos
Porta palets	7 anos
Acessórios e componentes	11 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Ativos de direito de uso	02 a 05 anos

As vidas úteis são revistas e ajustadas, conforme apropriado, a cada data de apresentação.

## **g. Ativos intangíveis e ágio**

### **(i) Reconhecimento e Mensuração**

#### *Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **(ii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

## **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos), para apurar se há qualquer indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (“UGC”).

O valor recuperável de um ativo ou “UGC” é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da “UGC”.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou “UGC” exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i. Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação atual (legal ou construtiva), que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. A concessão do desconto é reconhecida no resultado.

**j. Provisão para riscos processuais**

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada processo e apoiada na opinião de consultores jurídicos do Grupo. A natureza da provisão para perdas com processos judiciais estão descritos na Nota Explicativa 20.

**k. Dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas patrimoniais aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) do período. O pagamento está condicionado à obtenção de lucro no exercício antes da dedução de juros sobre capital próprio, ou da retenção de lucros e reserva de lucros.

O benefício fiscal das contas de juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

**l. Benefícios a empregados**

Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**m. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda compreende os impostos correntes e diferidos. Ele é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em ORA.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados com impostos de renda, incluindo tratamentos fiscais incertos, não se enquadram na definição de tributos sobre o lucro e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**a. Imposto corrente**

O imposto de renda e a contribuição previdenciária correntes são calculados à alíquota normal de 15%, mais um adicional de 10% sobre o lucro que exceda R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre a contribuição previdenciária sobre o lucro líquido do exercício e considera a baixa de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, ajustado de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal em vigor.

As despesas com imposto de renda e contribuição para seguridade social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***b. Imposto diferido***

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de apresentação e valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de apresentação e serão reduzidos na medida em que sua realização do benefício fiscal relacionado não for mais provável; essas reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumenta.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliadas em todas as datas de apresentação dos resultados e reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e contra os quais possam ser utilizados.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**n. Receita de contratos com clientes**

***I. Receita de arrendamento***

***a) Natureza e momento do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo termos de pagamento significativos***

O Grupo arrenda galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. Os arrendamentos são formalizados por meio de contratos firmados entre o Grupo e seus clientes. Estes contratos determinam os termos e condições inerentes ao arrendamento e são vigentes no momento da sua celebração, sendo disponibilizados os galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas (obrigação de desempenho). O contrato estabelece, entre outras condições:

- O preço acordado entre as partes, que é cobrado em parcelas mensais fixas. O preço inclui os serviços de montagem e desmontagem, uma vez que as parcelas do arrendamento passam a ser cobradas somente após a aceitação pelos clientes, que é formalizada por meio de uma “carta de confirmação”, onde os clientes concordam com as estruturas montadas; e
- O prazo de vigência é de 20 meses em média, com atualização anual pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). A rescisão do contrato pelo cliente acarreta no pagamento de uma multa de 30% do valor total das parcelas a vencer.

No mês subsequente à utilização dos ativos, notas fiscais são emitidas com o valor mensal acordado contratualmente. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária.

***b) Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 06***

A receita é reconhecida ao longo do tempo de acordo com a utilização dos galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. O valor da receita a ser reconhecido é formalizado por meio de contratos de arrendamento e cobrado mensalmente, de acordo com os prazos de arrendamento acordados contratualmente.

***II. Receita da venda de galpões e peças***

***a) Natureza e momento do cumprimento das obrigações de desempenho do cliente, incluindo condições de pagamento significativas***

Os clientes obtêm o controle dos galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas quando os produtos são entregues. Nesse momento, as notas fiscais correspondentes são emitidas. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária.

O preço inclui os serviços de montagem, uma vez que a obrigação de desempenho só é cumprida após a aceitação dos clientes, que é formalizada por meio de uma “carta de confirmação”, onde os clientes concordam com as estruturas montadas.

***b) Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47***

A receita da venda de galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelo cliente.

Os contratos incluem uma garantia, que é exercível apenas em raras circunstâncias de mau funcionamento dos produtos e, conseqüentemente, não restringe o reconhecimento da receita. Qualquer outro tipo de personalização ou modificação do produto original é cobrado como um serviço de manutenção.

***III. Receita de serviços de manutenção***

***a) Natureza e momento das obrigações de desempenho, incluindo termos de pagamento significativos***

O Grupo presta serviços de montagem, desmontagem e manutenção. As vendas de serviços são formalizadas por meio de contratos firmados entre o Grupo e seus clientes, que incluem os valores dos materiais e mão de obra utilizados na prestação dos serviços. As notas fiscais são emitidas após a conclusão dos serviços prestados, com vencimento em 30 dias. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária.

**b) Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47**

A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados. Os preços dos serviços são estabelecidos e formalizados em contrato e reconhecidos após a aprovação do cliente.

**o. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo incluem:

- Receitas de juros sobre contas a receber vencidas e juros de depósitos bancários;
- Despesa de juros sobre instrumentos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas (líquidos de variações cambiais) em ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

**p. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa

diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- a) Imobilizado – dedução de custos e receitas antes do uso pretendido (alteração ao CPC 27 “Ativo Imobilizado”. Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022;
- b) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 - “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”). As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. Na data de aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor;
- c) Referência à Estrutura Conceitual - Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022;
- d) Revisão anual das normas IFRS 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
  - i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - ii) IFRS 16 "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- f) *Divulgação das políticas contábeis. (Alterações ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2)*: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice

Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- g) *Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”):* A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- h) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação - Alteração ao CPC 32 “Tributos sobre o Lucro”. A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras na Companhia, e não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	1.428	294	65	15
Aplicações financeiras	42.326	48.565	11.554	2.070
	<b>43.754</b>	<b>48.859</b>	<b>11.619</b>	<b>2.085</b>

As aplicações financeiras são representadas por certificado de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas que são denominadas em reais e remuneradas, no consolidado e na controladora, por taxas variáveis de 94% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respectivamente.

## 9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Clientes	24.756	28.376
Perda de crédito esperada (a)	(290)	(3.191)
<b>Total</b>	<b>24.466</b>	<b>25.185</b>

A tabela abaixo demonstra a composição por idade do contas a receber de clientes:

	<b>2021</b>			<b>2020</b>		
	<b>Valor bruto</b>	<b>Expectativa de perda</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor bruto</b>	<b>Expectativa de perda</b>	<b>Valor líquido</b>
A vencer	21.132	(254)	20.878	22.478	(2.538)	19.950
<b>Vencidos:</b>						
Até 30 dias	1.646	(16)	1.630	1.805	(203)	1.602
31 a 60 dias	553	(5)	548	568	(64)	504
61 a 90 dias	281	(3)	278	290	(33)	257
91 a 179 dias	684	(7)	677	395	(44)	351
180 a 365 dias	460	(5)	455	2.840	(319)	2.521
	<b>24.756</b>	<b>(290)</b>	<b>24.466</b>	<b>28.376</b>	<b>(3.191)</b>	<b>25.185</b>

- (a) A despesa de perdas de crédito esperada foi registrada em perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas de créditos esperadas são, em geral, revertidas contra a baixa definitiva do título.

A exposição do Grupo a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 25.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em 1º de janeiro	<b>(3.191)</b>	<b>(2.646)</b>
Adições / reversões de provisão	838	(545)
Baixa efetiva para perda	2.063	
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(290)</b>	<b>(3.191)</b>

## 10 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matérias primas	17.083	7.084
Materiais indiretos	7.565	2.557
Outros estoques	1.502	1.520
Matérias de uso e consumo	698	383
	<b>26.848</b>	<b>11.544</b>

A perda esperada com obsolescência é calculada sobre as famílias de produtos identificadas com giro superior a 12 meses e cujos produtos sejam identificados como descontinuados e/ou danificados. Nestas famílias estão os produtos classificados como acessórios. O cálculo é feito com base na última entrada do fornecedor para o estoque, independente do armazém que recebe esta mercadoria. Quanto maior o período de permanência do artigo nos estoques do Grupo, maior o percentual de perda estimada por obsolescência.

Em 2021 o Grupo reverteu integralmente os valores provisionados de redução dos valores de estoques. (R\$ 797 saldo em 2020).

A movimentação da perda esperada com obsolescência é demonstrada a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em 1º de janeiro	-797	(142)
Adições	-	(667)
Reversão	797	12
<b>Movimentação líquida do período</b>	<b>-</b>	<b>(655)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>(797)</b>

## 11 Impostos a recuperar

### a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	1.554
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.554</b>

### b. Outros impostos a recuperar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ICMS a recuperar	72	72	-	-
IPI a recuperar	806	808	-	-
PIS e COFINS (ii)	8.685	49	-	-
INSS a recuperar	241	50	-	-
IRRF	708	482	708	482
Crédito PIS e COFINS sobre ICMS(i)	1.159			
Outros impostos a recuperar	-	33	-	-
<b>Total</b>	<b>11.671</b>	<b>1.494</b>	<b>708</b>	<b>482</b>
Circulante	10.512	1.494	708	482
Não circulante	1.159	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11.671</b>	<b>1.494</b>	<b>708</b>	<b>482</b>

O Imposto de renda e a contribuição social a recuperar refere-se a créditos tributários atualizados monetariamente, provenientes de valores apurados pelo método do lucro real anual, bem como de suas estimativas, líquido dos valores provisionados nas apurações do período.

***Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.***

Em 15 de março de 2017 o Grupo entrou com um mandado de segurança objetivando não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, e recuperar os valores indevidamente recolhidos, retroagindo os últimos cinco anos, o qual aguarda julgamento. Também em 15 de março de 2017, o STF decidiu em repercussão geral que “O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS”.

Em 13 de maio de 2017, foi concedida liminar para autorizar o Grupo a não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, contudo como ainda estava pendente de julgamento, por cautela, o Grupo optou por não se valer da decisão liminar. Com decisão favorável em 1ª Instância, o Grupo interpôs recurso de apelação, que foi deferido em 16 de maio de 2019, para suspender os efeitos da decisão no que tange à apuração dos créditos de PIS e da COFINS. Considerando as decisões favoráveis neste processo, em junho de 2019 a Companhia passou a valer-se da liminar, beneficiando-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional relacionados ao Recurso Extraordinário nº 574.706, e ratificou o entendimento que a ICMS a ser excluído da base de cálculo dos tributos é aquele destacado em nota fiscal, sendo que para os contribuintes que ingressaram com o processo judicial até 15 de março de 2017 teriam o direito à recuperação dos valores relacionados aos períodos anteriores. Em face desta decisão, e seguindo os requerimentos do CPC 25/IAS 37 no conceito de “praticamente certo” para ativos contingentes o Grupo apurou o crédito tributário compreendido de abril de 2012 a maio de 2019, atualizado até 31 de dezembro de 2021, que soma o montante total de R\$ 1.159, sendo R\$ 796 de principal e R\$ 363 de juros (atualização monetária).

***(ii) Crédito de PIS e COFINS proveniente de insumos da operação***

Em dezembro de 2021, o Grupo reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes a revisão das apurações e EFD Contribuições do período de janeiro a dezembro de 2021. Com base nesta revisão, o Grupo registrou um crédito fiscal referente a adoção do novo critério de insumo firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso especial n. 1.221.170/PR. O montante total do crédito reconhecido é de R\$ 9.886, sendo R\$ 9.677 de principal e R\$ 209 de juros (atualização monetária). Em 31 de dezembro de 2021 já houve uma compensação de R\$ 1.201, com isso o saldo de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.685.

## **12 Investimentos**

### **a. Composição dos investimentos**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Tópico Locações de Equipamentos de Galpões para Indústria S.A.	93.734	92.526
Ágio por combinação de negócios (nota 14)	137.350	137.350
	<b>231.082</b>	<b>229.876</b>

<b>Em 31 de dezembro 2021</b>	<b>Part %</b>	<b>Total do ativo</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita</b>	<b>Custos e Despesas</b>	<b>Lucro</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>
Tópico	70%	364.854	230.949	133.905	164.951	147.608	17.343	12.140
<b>Em 31 de dezembro 2020</b>	<b>Part %</b>	<b>Total do ativo</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita</b>	<b>Custos e Despesas</b>	<b>Lucro</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>
Tópico	70%	278.705	146.525	132.180	140.952	117.569	23.383	16.368

## b. Movimentação dos investimentos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em 1º de janeiro	<u><b>92.526</b></u>	<u><b>80.733</b></u>
Recebimento de dividendos	(7.833)	(1.905)
Juros sobre capital próprio	<u>(3.099)</u>	<u>(2.670)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>12.140</u>	<u>16.368</u>
Em 31 de dezembro	<u><b>93.734</b></u>	<u><b>92.526</b></u>

## 13 Ativo Imobilizado

	<b>Taxa média anual de depreciação %</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Consolidado</b>	
				<b>2021</b>	<b>2020</b>
				<b>Valor residual</b>	<b>Valor residual</b>
Máquinas e equipamentos	10%	10.933	(8.785)	2.148	2.514
Estruturas	7%	187.534	(67.032)	120.502	72.371
Coberturas	9%	131.716	(66.593)	65.123	45.234
Acessórios e componentes	8%	31.762	(11.105)	20.657	17.879
Direitos de uso	20%	15.515	(6.490)	9.025	5.715
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	2.938
Outros	4% e 20%	19.429	(9.457)	9.972	6.472
<b>Total</b>		<u><b>396.889</b></u>	<u><b>(169.462)</b></u>	<u><b>227.427</b></u>	<u><b>153.123</b></u>

**a. Reconciliação do valor contábil**

	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Estruturas</b>	<b>Coberturas</b>	<b>Acessórios e Componentes</b>	<b>Direito de uso</b>	<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.531</b>	<b>131.811</b>	<b>108.004</b>	<b>26.229</b>	<b>8.880</b>	<b>2.938</b>	<b>16.474</b>	<b>304.867</b>
Adições	480	68.812	36.610	6.556	6.635	-	4.641	123.734
Baixas	(78)	(5.022)	(6.206)	(172)	-	(2.938)	(1.687)	(16.103)
Transferência para estoques	-	(8.067)	(6.691)	(851)	-	-	-	(15.609)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>10.933</b>	<b>187.534</b>	<b>131.717</b>	<b>31.762</b>	<b>15.515</b>	<b>-</b>	<b>19.428</b>	<b>396.889</b>
	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Estruturas</b>	<b>Coberturas</b>	<b>Acessórios e Componentes</b>	<b>Direito de uso</b>	<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(8.017)</b>	<b>(60.399)</b>	<b>(61.812)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(3.165)</b>	<b>-</b>	<b>(10.001)</b>	<b>(151.744)</b>
Adições	(845)	(11.904)	(10.870)	(3.219)	(3.325)	-	(1.040)	(31.203)
Baixas	77	3.126	2.965	54	-	-	1.585	7.807
Transferência para estoques	-	2.144	3.124	410	-	-	-	5.678
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>(8.785)</b>	<b>(67.033)</b>	<b>(66.593)</b>	<b>(11.105)</b>	<b>(6.490)</b>	<b>-</b>	<b>(9.456)</b>	<b>(169.462)</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.148</b>	<b>120.501</b>	<b>65.124</b>	<b>20.657</b>	<b>9.025</b>	<b>-</b>	<b>9.972</b>	<b>227.427</b>

**SCG IV Holding S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2021*

	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Estruturas</b>	<b>Coberturas</b>	<b>Acessórios e Componentes</b>	<b>Direito de uso</b>	<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.462</b>	<b>134.006</b>	<b>108.018</b>	<b>23.102</b>	<b>7.015</b>	<b>254</b>	<b>15.562</b>	<b>298.419</b>
Adições	69	22.448	13.945	3.178	3.841	2.684	1.222	47.387
Baixas	-	(21.358)	(12.539)	-	(1.976)	-	(310)	(36.183)
Transferência p/ inventário (venda)	-	(3.285)	(1.420)	(51)	-	-	-	(4.756)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>10.531</b>	<b>131.811</b>	<b>108.004</b>	<b>26.229</b>	<b>8.880</b>	<b>2.938</b>	<b>16.474</b>	<b>304.867</b>
	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Estruturas</b>	<b>Coberturas</b>	<b>Acessórios e Componentes</b>	<b>Direito de uso</b>	<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(7.132)</b>	<b>(69.050)</b>	<b>(61.135)</b>	<b>(6.611)</b>	<b>(1.975)</b>	<b>-</b>	<b>(9.506)</b>	<b>(155.409)</b>
Adições	(885)	(9.122)	(9.692)	(1.786)	(2.605)	-	(805)	(24.895)
Baixas	-	16.712	8.416	26	1.415	-	310	26.879
Transferência p/ inventário (venda)	-	1.061	599	21	-	-	-	1.681
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>(8.017)</b>	<b>(60.399)</b>	<b>(61.812)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(3.165)</b>	<b>-</b>	<b>(10.001)</b>	<b>(151.744)</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.514</b>	<b>71.412</b>	<b>46.192</b>	<b>17.879</b>	<b>5.715</b>	<b>2.938</b>	<b>6.473</b>	<b>153.123</b>

**Baixas de imobilizado**

Grande parte das baixas de estruturas e coberturas estão diretamente relacionadas à renovação recorrente do portfólio de produtos do Grupo, que vem experimentando, a partir de 2020, um forte aumento da demanda por estruturas treliçadas de aço, resultando em maiores níveis de baixas de armazéns tubulares, uma vez que estes últimos são remanufaturados ou recuperados para serem utilizados em novos clientes. Atualmente o Grupo produz apenas estruturas treliçadas.

## 14 Intangível

	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
<b>Custo</b>					
Ágio de combinação de negócios (nota 12)	137.350	-	137.350	-	137.350
Outros	3.654	1.200	4.854	1.242	6.096
<b>Total</b>	<b>141.004</b>	<b>1.200</b>	<b>142.204</b>	<b>1.242</b>	<b>143.446</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Outros	(2.172)	(287)	(2.459)	(558)	(3.017)
<b>Total</b>	<b>(2.172)</b>	<b>(287)</b>	<b>(2.459)</b>	<b>(558)</b>	<b>(3.017)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>138.832</b>	<b>913</b>	<b>139.745</b>	<b>684</b>	<b>140.429</b>

### **Análise de perda ao valor recuperável para UGCs contendo ágio**

O Grupo testa ágio para impairment no mínimo anualmente.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), nesse caso, há apenas uma UGC definida que é a Tópico.

O Grupo utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

A taxa de desconto reflete o risco associado do negócio, englobando o risco de mercado, risco país, risco tamanho e o risco re-alavancado que está relacionado com o crescimento comparativo de empresas que fazem parte do mesmo setor. A taxa de desconto é aplicada ao fluxo de caixa futuro para se determinar o valor que um patrimônio líquido teria numa base de fluxo de caixa.

A taxa de desconto utilizada foi definida através do modelo matemático denominado “Weighted Average Cost of Capital – WACC”. Este método reflete o retorno requerido pelo Grupo. Dessa forma, o modelo captura os riscos e benefícios associados com a estrutura de capital adotada pela Grupo para o financiamento de suas operações.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Taxa de desconto	13,5%	9,1%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	3,5%
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	9,1%	8,2%

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento conforme expectativa da administração, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- Os fluxos de caixa estimados para 2021 foram considerados no LAJIDA projetado.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave, conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

## 15 Passivos de arrendamentos

Título contábil	Encargos	Natureza	Vencimento	Consolidado	
				2021	2020
Arrendamentos	Taxa média 100% CDI + 3,25% a.a./ Taxa de desconto 10,14% a.a.	Direito de Uso de Imóveis e Veículos	30/04/2025	9.741	5.875
				<b>9.741</b>	<b>5.875</b>
Passivo circulante				4.215	1.680
Passivo não circulante				5.526	4.195
<b>Total</b>				<b>9.741</b>	<b>5.875</b>

O Grupo arrenda imóveis e veículos. Esses arrendamentos normalmente duram de 2 a 5 anos, com opção de renovação automática após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do Índice de Preço ao Consumidor Brasileiro.

As taxas de juros aplicadas foram as mesmas de empréstimos incrementais para cálculo do desconto a valor presente, acrescido do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 3,25% a.a.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Grupo é a arrendatária estão apresentadas abaixo:

### a. Ativos de direito de uso

	2019 Reapresentado	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021
<b>Custo</b>							
Imóveis	5.803	3.841	(1.848)	7.796	873	-	8.669
Veículos	1.212	-	(128)	1.084	5.762	-	6.846
<b>Total</b>	<b>7.015</b>	<b>3.841</b>	<b>(1.976)</b>	<b>8.880</b>	<b>6.635</b>	<b>-</b>	<b>15.515</b>

<b>Amortização acumulada</b>						
Imóveis	(1.520)	(2.191)	1.396	(2.315)	(1.814)	(4.129)
Veículos	(455)	(414)	19	(850)	(1.511)	(2.361)
<b>Total</b>	<b>(1.975)</b>	<b>(2.605)</b>	<b>1.415</b>	<b>(3.165)</b>	<b>(3.325)</b>	<b>(6.490)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>5.040</b>	<b>1.236</b>	<b>(561)</b>	<b>5.715</b>	<b>3.310</b>	<b>9.025</b>

**b. Passivo de arrendamento**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	5.875	5.175
Adoção inicial do CPC 06 (R2)	-	-
Adição	6.635	3.841
Despesa com juros	878	538
Pagamentos	(2.769)	(2.564)
Juros pagos	(878)	(538)
Ajuste remensuração / contratos (i)	-	(577)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b><u>9.741</u></b>	<b><u>5.875</u></b>

(i) Ajuste relacionado à remensuração de contratos de arrendamento.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	-	1.592
2023	3.457	1.110
2024	1.647	1.103
2025	422	390
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b><u>5.526</u></b>	<b><u>4.195</u></b>

**c. Valores reconhecidos no resultado**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depreciação e amortizações (Nota 13)	3.325	2.605
Baixa do imobilizado	-	561
Juros de arrendamento	(878)	538
Remensuração	-	(577)

Apresentamos uma tabela a seguir indicando o direito potencial ao PIS/COFINS recuperável incluído na contraprestação do arrendamento, de acordo com os prazos definidos para o pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados ao valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajuste a valor presente
Contraprestação de arrendamento	11.007	9.741
PIS / COFINS	1.018	901

Na mensuração e remensuração do seu passivo de arrendamento e direito de uso, a administração do Grupo utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso o Grupo considerasse a inflação (principalmente o IGP-M) no seu fluxo de caixa, o efeito sobre o direito de uso e passivo de arrendamento seria um acréscimo de aproximadamente R\$ 436.

## 16 Empréstimos e financiamentos

### a. Consolidado

Natureza	Encargos	Natureza	Garantias	Vencimento	2021	2020
Debêntures (i)	Taxa média 100% CDI + 3,25%a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	15/01/2024	108.268	118.518
Debêntures (ii)	Taxa média 100% CDI + 4,90%a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	12/11/2024	54.154	59.485
Capital de giro (iii)	Taxa média 100% CDI + 4,99% a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	02/10/2025	4.844	5.027
Capital de giro II (iv)	Taxa média 100% CDI + 2,75 % a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	28/06/2024	16.689	-
Capital de giro III (v)	Taxa média 100% CDI + 3,51 % a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	02/08/2024	24.370	-
Capital de giro IV (vi)	Taxa média 100% CDI + 2,95 % a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	15/08/2024	15.163	-
Operações de risco sacado (vii)	Taxa média 1,3% a.m.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	31/05/2022	6.650	-
					<b>230.138</b>	<b>183.030</b>
			Circulante		55.494	18.410
			Não Circulante		174.644	164.620
					<b>230.138</b>	<b>183.030</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2021
2023	78.018
2024	93.231
2025	1.042
(-) Gastos com emissão de dívida	(647)
<b>Total</b>	<b>174.644</b>

**b. Controladora**

<b>Título contábil</b>	<b>Encargos</b>	<b>Natureza</b>	<b>Garantias</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Debêntures	Taxa média 100% CDI + 4,90 % a.a.	Fluxo de caixa	Parcela dos recebíveis	12/11/2024	54.154	59.484
					<b>54.154</b>	<b>59.484</b>
Curto prazo					9.676	6.278
Longo prazo					44.478	53.207
<b>Total</b>					<b>54.154</b>	<b>59.485</b>

**c. Movimentações do período**

As movimentações do consolidado nos exercícios de 2021 e 2020 foram as seguintes:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>183.030</b>	<b>176.219</b>
Captações	66.446	5.000
Pagamento de principal	(22.299)	-
Pagamento de juros	(15.304)	(11.128)
Juros provisionados	18.265	12.939
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>230.138</b>	<b>183.030</b>

As movimentações da controladora nos exercícios de 2021 e 2020 foram as seguintes:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>59.485</b>	<b>59.024</b>
Captações	-	-
Pagamento de principal	(6.000)	-
Pagamento de juros	(4.900)	(4.117)
Juros provisionados	5.569	4.578
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>54.154</b>	<b>59.485</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	<u>2021</u>
2023	17.739
2024	26.739
<b>Total</b>	<b><u><u>44.478</u></u></b>

## **2ª emissão de debêntures Tópico**

i) Em 12 de novembro de 2019, a Tópico emitiu 120.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações emitidas pela Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente de forma crescente a partir de 2021, nos meses de maio e novembro, em 10 parcelas consecutivas até 12 de novembro de 2024, conforme termos da escritura de emissão. A taxa de juros dessas debêntures é de CDI + 3,25% a.a. As debêntures possuem como garantia a obrigação de garantir um fluxo constante de recebíveis mínimo (Escrow).

A escritura desta debênture contém uma cláusula contratual restritiva (*Covenant*) estabelecendo que ao final de cada exercício o índice financeiro calculado pela razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser inferior a 2,50 (dois e meio), e o montante de caixa e aplicações financeiras deverá ser superior a R\$ 5.000 (cinco milhões de reais). Na ocorrência de qualquer dos eventos acima a dívida se torna imediatamente vencida.

## **Emissão de debêntures da Controladora**

### ***1ª emissão de Debêntures SCG IV***

(ii) Em 12 de novembro de 2019, a SCG IV emitiu 60.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da SCG IV. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente de forma crescente a partir de 2021, nos meses de maio e novembro, em 10 parcelas consecutivas até 12 de novembro de 2024, conforme termos da escritura de emissão. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 4,90% a.a. As debêntures possuem como garantia: (1) alienação fiduciária sobre a totalidade das ações emitidas pela SCG IV de titularidade do SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, correspondente a 95% do capital social da emissora; (2) cessão fiduciária sobre a totalidade dos direitos creditórios: (a) de titularidade da SCG IV na Tópico; (b) titularidade do SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.; e (c) de titularidade da Rio Jari SP Participações S.A. na Brinox Metalúrgica S.A.. Tais direitos creditórios incluem a totalidade dos: (i) dividendos, proventos, lucros, rendimentos, bonificações, frutos e direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores que venham a ser apurados; (ii) recebíveis decorrentes da eventual venda, alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações da respectivas empresas; (iii) eventual sobejo de eventual excussão das garantias de alienação fiduciária constituídas sobre as ações Tópico e Brinox; (iv) direitos detidos pela SCG IV em razão da titularidade da conta vinculada na qual serão depositados os recebíveis previstos na alíneas (a), (b) e (c); e (3) garantia corporativa emitida pela Southern Cross Latin America Private Equity Fund IV, L.P. e outras entidades da Southern Cross Group por meio da Guaranty Letter, até o limite de US\$24.500.

iii) Em 2 de outubro de 2020 a Tópico contraiu uma captação de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais) junto ao Banco ABC, a título de investimento. Este empréstimo tem carência de doze meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante sessenta meses, o contrato é livre de garantias.

iv) Em 28 de junho de 2021 a Tópico captou R\$ 20.000 (vinte milhões de reais) junto ao Banco Itaú S/A, a título de capital de giro. Este empréstimo possui uma obrigação prevista em contrato, de garantir um fluxo mínimo mensal de R\$ 2.000 (dois milhões de reais) decorrentes de recebíveis de aluguéis. O contrato prevê que estes valores não ficam retidos, ou seja, estão disponíveis para utilização de acordo com as necessidades de caixa da Tópico. Este empréstimo não possui carência, a amortização ocorre mensalmente durante trinta e seis meses.

v) Em 18 de agosto de 2021 a Tópico captou R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais) junto ao Banco Santander, a título de capital de giro. Este empréstimo tem carência de três meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante trinta e seis meses, o contrato é livre de garantias.

vi) Em 31 de agosto de 2021 a Tópico captou R\$ 15.150 (quinze milhões, cento e cinquenta mil reais) junto ao Banco ABC S/A, a título de capital de giro. Este empréstimo possui uma obrigação prevista em contrato, de garantir um fluxo mínimo mensal de R\$ 2.272 (dois milhões duzentos e setenta e dois mil reais) decorrentes de recebíveis de aluguéis. O contrato prevê que estes valores não ficam retidos, ou seja, estão disponíveis para utilização de acordo com as necessidades de caixa da Tópico. Este empréstimo possui carência de doze meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante trinta e seis meses.

vii) Em 27 de outubro de 2021 a Tópico firmou contrato de operação denominada risco sacado com o Banco Daycoval, com o objetivo de alongar o fluxo de pagamentos de fornecedores de matéria-prima. A taxa média cobrada nestas operações é de 1,3% ao mês. Este contrato é livre de garantias e será amortizado no período entre janeiro à maio de 2022. O saldo ao final de dezembro de 2021, considerando a provisão de juros é de R\$ 6.650.

## 17 Fornecedores e outras contas a pagar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fornecedores de materiais	18.190	1.505
Fornecedores de serviços e outros	13.648	3.715
Partes relacionadas - Nota 26	269	79
	<b>32.107</b>	<b>5.299</b>

## 18 Obrigações fiscais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	200	22	-	-
PIS E COFINS	-	1.192	-	-
INSS	927	550	-	-
FGTS	265	191	-	-
IRRF	421	333	-	-
Outros impostos a recolher	148	67	7	-
	<b>1.961</b>	<b>2.355</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

## 19 Impostos diferidos (Consolidado)

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	2020	Reconhecidos no resultado	2021
Provisão para ações trabalhistas	378	(184)	194	(85)	109
Perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	348	(5)	343	(244)	99
Provisão de bônus	581	428	1.009	256	1.265
Perdas esperadas com estoques obsoletos / <i>impairment</i>	1.186	(190)	996	(996)	-
Provisão para contas a pagar	694	(563)	131	(1.214)	(1.083)
Depreciação	3.129	(3.129)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	41.308	(2.129)	39.180	(3.350)	35.830
Imposto diferido – Ágio (i)	2.554	(2.554)	-	1.532	1.532
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	(13.145)	3.115	(10.030)	2.643	(7.387)
<b>Impostos diferidos líquido ativos (passivos)</b>	<b>37.033</b>	<b>(5.211)</b>	<b>31.823</b>	<b>(1.458)</b>	<b>30.365</b>

- (i) Em 2015, o controle do Grupo foi adquirido pela SCG Iva Holding Ltda., por meio de uma operação de incorporação reversa. A Tópico constituiu sua controladora, resultando na transferência dos ativos da controladora incorporada da Tópico, e, conseqüentemente, a SCG Iva Holding Ltda. foi extinta. Como o único ativo relevante era o seu investimento na Tópico, esta operação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, exceto pelo reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no valor de R\$ 76.631, decorrentes do ágio dedutível para fins de imposto que a Tópico realizou até fevereiro de 2020.

O Grupo apresenta prejuízos fiscais de exercícios anteriores no valor de R\$ 105.382 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 115.308 em 31 de dezembro de 2020). A Administração constitui ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 35.830 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 39.180 em 31 de dezembro de 2020). Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até dezembro de 2029.

O imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) devem ser compensados da seguinte forma:

<b>Ano Compensar</b>	<b>2021</b>
2022	1.503
2023	2.537
2024	3.703
2025	4.558
2026	5.911
2027	6.571
2028	7.191
2029	3.856
	<b>35.830</b>

**b. Conciliação da taxa efetiva**

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	22.064	30.761	9.730	13.907
Alíquota oficial de imposto %	-34%	-34%	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	<b>(7.502)</b>	<b>(10.459)</b>	<b>(3.308)</b>	<b>(4.728)</b>
Diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis: multas, doações e outras	(3.794)	(931)	3.308	4.728
Receitas não tributáveis	339	40	-	-
Depreciação e juros sobre arrendamento indedutíveis	(189)	-	-	-
Juros sobre capital próprio(provisão)	1.526	1.511	-	-
	<b>(7.131)</b>	<b>(9.839)</b>	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.673)	(4.628)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.458)	(5.211)	-	-
	<b>(7.131)</b>	<b>(9.839)</b>	-	-
	<b>29,10%</b>	<b>31,99%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

## 20 Provisão para demandas judiciais

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Outras contas a receber (a)	900	1.675
Depósitos judiciais	494	501
Provisão para contingências - Passiva	(1.744)	(2.207)
<b>Total</b>	<b>(350)</b>	<b>(31)</b>

- (a) Corresponde ao ativo de indenização originado na aquisição da empresa “Indústria Brasileira de Infláveis Nautika”. O contrato inclui cláusulas estabelecendo que os ex-controladores são contratualmente obrigados a indenizar o Grupo pelo resultado das contingências ou incertezas relacionadas a processos trabalhistas, judiciais e administrativos.

### *i. Movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais:*

<b>Provisão para contingências</b>	<b>Ativo de indenização</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão passiva</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.093</b>	<b>788</b>	<b>(3.154)</b>	<b>(273)</b>
(Reembolso) / Pagamento	(551)	(327)	718	(160)
(Adições)/Reversões	133	40	229	402
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.675</b>	<b>501</b>	<b>(2.207)</b>	<b>(31)</b>
(Reembolso) / Pagamento	(523)	45	374	(104)
(Adições)/Reversões	(252)	(52)	89	(215)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>900</b>	<b>494</b>	<b>(1.744)</b>	<b>(350)</b>

### *ii. Processos com perdas possíveis*

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. O Grupo, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O Grupo é parte em processos tributários, cíveis e trabalhistas em andamento (judiciais e administrativos) com perdas consideradas possíveis pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as quais nenhuma provisão foi constituída. Os valores envolvidos nos litígios são apresentados a seguir:

	<b>Civil</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
	(iii)	(i)	(ii)	
Perdas possíveis em 31 de dezembro de 2020	1.081	9.988	6.700	<b>17.769</b>
Perdas possíveis em 31 de dezembro de 2021	1.571	10.446	7.137	<b>19.154</b>

- (i) O Grupo tomou ciência da lavratura dos autos de infração em 09 de outubro de 2020. Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL em 2016, acumulados com juros de mora e multa de ofício qualificada, que teve uma

movimentação em 2021 a partir da qual a multa deixou de ser qualificada, pendente de confirmação pelo plenário do CARF, cujo saldo em 2021 foi R\$ 10.446 (R\$ 9.988 em 2020).

Objeto do auto segundo Termo de Verificação Fiscal, a Tópico teria incorrido em exclusão indevida de amortização de ágio para fins fiscais. Em decorrência da infração acima, a Autoridade Fiscal também realizou ajuste no prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL apurado pela Tópico no ano-base de 2015.

A administração, com base na avaliação de seu assessor jurídico externo, julgou o risco como possível.

- (ii) O Grupo avaliou como perda possível o risco de 21 processos trabalhistas, que estão em fase introdutória e/ou de conhecimento processual, cujo montante de valor de causa atualizado em 2021 é de R\$ 7.137 (R\$ 6.700 em 31 de dezembro de 2020).

Os processos trabalhistas movidos contra o Grupo estão relacionados principalmente a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões e pagamento de adicional de periculosidade.

- (iii) O Grupo avaliou como perda possível o risco de um processo de natureza cível, cujo polo Ativo é o Ministério Público Federal. Trata-se de Ação Civil Pública que tem por objetivo obrigar o Grupo requerido a abster-se de dar saída à veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais ou de terceiros por ela contratados, com excesso de peso, em desacordo com as especificações de carga dos veículos, devendo observar o cumprimento da legislação prevista no Código de Trânsito Brasileiro. O valor atual da ação é de R\$ 1.571 (R\$ 1.081 em 31 de dezembro de 2020).

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da SCG IV Holding S.A, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 214.100 dividido em 207.273.700 (duzentos e sete milhões, duzentas e setenta e três mil e setecentas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

Acionistas	Ações	Capital	Participação
Igloo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	196.910.015	203.113	94,85%
Kerilar Company S.A	10.363.685	10.987	5,15%
<b>Total</b>	<b>207.273.700</b>	<b>214.100</b>	<b>100%</b>

### b. Reserva de legal

O Grupo constitui reserva legal de 5% ao ano até atingir o limite de 20% do capital social. Considerando o cenário de prejuízo acumulados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve a respectiva constituição.

### c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 2021 houveram pagamentos consolidados de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 4.446 (R\$ 3.804 em 2020) e dividendos no valor de R\$ 3.339 (R\$ 826 em 2020).

## 22 Receita operacional líquida

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócios e o momento de reconhecimento da receita.

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Reconhecido de acordo com o CPC 47</b>		
<b>Produtos transferidos em um momento específico</b>		
Venda de galpão e peças	28.193	17.950
<b>Serviços transferidos ao longo do tempo</b>		
Serviços de manutenção	2.730	2.411
<b>Reconhecido de acordo com o CPC 06 (R2)</b>		
<b>Outras receitas com clientes</b>		
Arrendamento	151.345	136.283
<b>Receita bruta</b>	<b>182.268</b>	<b>156.644</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos sobre vendas e serviços	(17.317)	(15.692)
<b>Receita líquida total</b>	<b>164.951</b>	<b>140.952</b>

## 23 Gastos por natureza

O Grupo apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação de despesas com base na sua função, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As informações sobre a natureza das despesas estão apresentadas a seguir:

**SCG IV Holding S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2021*

31 de dezembro de 2021	Custos dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(4.853)	-	-	-	(4.853)
Custo da desmobilização de ativo	(9.931)	-	-	-	(9.931)
Perda de inventários	(196)	-	-	-	(196)
Manutenção e outros materiais	(3.734)	(18)	(465)	-	(4.217)
Salários e encargos	(13.388)	(6.089)	(11.102)	-	(30.579)
Aluguéis de imóveis	(54)	-	247	-	(301)
Montagem	(5.117)	-	-	-	(5.117)
Depreciação do imobilizado	(30.899)	-	(303)	-	(31.202)
Amortização do intangível	(558)	-	-	-	(558)
Aluguéis de equipamentos	(9.098)	(199)	-	-	(9.297)
Fretes e carretos	(8.159)	-	-	-	(8.159)
Acomodação e viagens	(7.646)	(412)	(150)	-	(8.208)
Assessoria jurídica e consultoria	(1.695)	(5.459)	(5.798)	-	(12.952)
Serviços de terceiros	(2.361)	(13)	(1.853)	-	(4.227)
Provisão para riscos processuais	(251)	-	(523)	-	(774)
Crédito de PIS e COFINS (nota explicativa 10)	13.068	-	-	796	13.864
Outros	(9.594)	(1.118)	(2.089)	687	(12.114)
<b>Total</b>	<b>(94.466)</b>	<b>(13.308)</b>	<b>(22.530)</b>	<b>1.483</b>	<b>(128.821)</b>

Consolidado 2020	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(7.944)	-	-	-	(7.944)
Perda de inventários	(3.605)	-	-	-	(3.605)
Manutenção e outros materiais	-	(47)	(225)	-	(272)
Salários e encargos	(13.316)	(5.368)	(9.945)	-	(28.629)
Aluguéis de imóveis	(109)	(12)	(196)	-	(317)
Montagem	(4.358)	-	-	-	(4.358)
Depreciação do imobilizado	(24.390)	(3)	(502)	-	(24.895)
Amortização do intangível	(91)	(1)	(469)	-	(561)
Aluguéis de equipamentos	(6.302)	(203)	-	-	(6.505)
Fretes e carretos	(5.170)	-	-	-	(5.170)
Acomodação e viagens	(4.853)	(511)	-	-	(5.364)
Assessoria jurídica e consultoria	(750)	(1.322)	(1.034)	-	(3.106)
Serviços de terceiros	(1.639)	(1.759)	-	-	(3.398)
Outros	(5.034)	(502)	(700)	43	(6.193)
<b>Total</b>	<b>(77.561)</b>	<b>(9.728)</b>	<b>(13.071)</b>	<b>43</b>	<b>(100.317)</b>

<b>Controladora</b>	<b>Despesas administrativas 2021</b>	<b>Despesas Administrativas 2020</b>
Serviços de terceiros	(633)	(707)
Outros	<u>(6)</u>	<u>(12)</u>
<b>Total</b>	<u><b>(639)</b></u>	<u><b>(719)</b></u>

## 24 Despesas financeiras líquidas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures(vide nota explicativa nº 16)	(17.647)	(11.859)	(5.305)	(4.577)
Juros sobre arrendamento mercantil(vide nota explicativa nº 15)	(878)	(538)	-	-
Juros sobre outras contas a pagar	-	(31)	-	-
Despesas bancárias	(366)	(62)	(32)	(31)
Imposto sobre operação financeira	(1.838)	(33)	(352)	-
Outras despesas financeiras	<u>(1.852)</u>	<u>(1.647)</u>	<u>-</u>	<u>(288)</u>
	<u><b>(22.581)</b></u>	<u><b>(14.170)</b></u>	<u><b>(5.689)</b></u>	<u><b>(4.896)</b></u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas com aplicações financeiras	2.024	1.313	221	65
Rendimentos sobre títulos de clientes	288	148	-	-
Juros sobre Capital Próprio	3.697	3.086	3.697	3.086
Atualização monetária de créditos de PIS e COFINS	572	-	-	-
Outras receitas financeiras	<u>239</u>	<u>137</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
	<u><b>6.821</b></u>	<u><b>4.684</b></u>	<u><b>3.918</b></u>	<u><b>3.154</b></u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<u><b>(15.761)</b></u>	<u><b>(9.486)</b></u>	<u><b>(1.771)</b></u>	<u><b>(1.742)</b></u>

## 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Grupo avaliou os seus ativos e passivos financeiros que são apresentados ao custo amortizado. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as

estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo tinha os seguintes instrumentos financeiros não derivativos. Exceto pelos empréstimos e debêntures, os valores justos dos instrumentos financeiros não apresentaram variações em relação aos saldos contábeis correspondentes:

Consolidado	Classificação por categoria	Nota	Hierarquia do valor justo	2021		2020	
				Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>							
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>							
Caixa e bancos	Custo amortizado	8		1.428	1.428	294	294
				<b>1.428</b>	<b>1.428</b>	<b>294</b>	<b>294</b>
<b>Investimentos financeiros</b>							
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	8	Nível 2	42.326	42.326	48.465	48.465
				<b>42.326</b>	<b>42.326</b>	<b>48.465</b>	<b>48.465</b>
<b>Contas a receber de clientes</b>	Custo amortizado	9		24.466	24.466	25.185	25.185
				<b>24.466</b>	<b>24.466</b>	<b>25.185</b>	<b>25.185</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	Custo amortizado	17		32.107	32.107	5.299	5.299
				<b>32.107</b>	<b>32.107</b>	<b>5.299</b>	<b>5.299</b>
<b>Empréstimos e debêntures</b>	Custo amortizado	16	Nível 2	230.138	234.016	183.030	192.879
				<b>230.138</b>	<b>234.016</b>	<b>183.030</b>	<b>192.879</b>
<b>Passivo de arrendamentos</b>	Custo amortizado	15	Nível 2	9.741	9.741	5.875	5.875
				<b>9.741</b>	<b>9.741</b>	<b>5.875</b>	<b>5.875</b>

Controladora	Classificação por categoria	Nota	Hierarquia do valor justo	2021		2020	
				Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>							
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>							
Caixa e bancos	Custo amortizado	8		65	65	15	15
				<b>65</b>	<b>65</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Investimentos financeiros</b>							
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	8	Nível 2	11.554	11.554	2.070	2.070
				<b>11.554</b>	<b>11.554</b>	<b>2.070</b>	<b>2.070</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	16	Nível 2	54.154	61.701	59.485	62.762
				<b>54.154</b>	<b>61.701</b>	<b>59.485</b>	<b>62.762</b>

O CPC 40 (R1) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (insumos não observáveis).

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os ativos e passivos de instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

## **b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Tópico está exposta a vários riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

**(i) Risco de crédito**

Esse risco é proveniente da possibilidade de o Grupo não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que não tem garantias. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes quirografários estão integralmente registradas no valor total.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito são:

<b>Consolidado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa	43.754	48.859
Contas a receber	24.466	25.185
Outras contas a receber	<u>3.523</u>	<u>3.505</u>
	<b><u>61.972</u></b>	<b><u>77.549</u></b>

*Caixa e equivalentes de caixa*

O risco de crédito de saldos em bancos e instituições financeiras é administrado pelo Departamento de Tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria Executiva. Os recursos excedentes são investidos de forma a minimizar a concentração de risco e, portanto, mitigar perdas financeiras em caso de eventual falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa da perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

A qualidade e a exposição máxima ao risco de crédito são determinadas apenas no nível nacional (“Br”) para equivalentes de caixa, depósitos bancários remunerados e depósitos bancários remunerados restritos, conforme segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Classificação nacional de AAA a A	43.754	48.859

*Contas a receber de clientes*

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de inadimplência.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente para verificar sua situação financeira antes que a Administração apresente uma proposta de limite de crédito e prazos de pagamento. A revisão realizada pelo Grupo inclui classificações externas, se disponíveis, informações de mercado e, em alguns casos, referências bancárias. O Grupo tem clientes inadimplentes e monitora a posição de cada um individualmente, podendo chegar a uma possível interrupção na prestação do serviço.

Apesar de a carteira de clientes não apresentar um histórico significativo de inadimplência, o Grupo constitui provisão para perdas esperadas, que considera uma taxa média ponderada de perda esperada, cuja metodologia de cálculo está explicada na Nota 5.b. IV. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2021 é de 1% (0,4% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber era:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contas a receber de clientes	24.466	25.185

A carteira de clientes do Grupo é composta por aproximadamente 600 clientes, nenhum dos quais representa mais de 10% das vendas. Consequentemente, o alto volume de clientes minimiza o risco de impactos significativos provocados pela inadimplência. Adicionalmente, o Grupo limita a exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e dois meses para os clientes.

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível do seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos no mercado ativo superior aos desembolsos de caixa para a liquidação de passivos financeiros (exceto para “Fornecedores”) para os próximos 60 dias. A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando a expectativa de entrada de caixa, e de caixa e equivalentes de caixa, esperada. Além disso, a política de gestão de liquidez do Grupo envolve a projeção de desembolsos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para atingir essas projeções e a manutenção dos planos de financiamento da dívida. Isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Os vencimentos contratuais dos passivos financeiros, pela posição líquida em 31 de dezembro de 2021, são apresentados abaixo:

<b>Consolidado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>Até 06 meses</b>	<b>06–12 meses</b>	<b>01–02 anos</b>	<b>02–05 Anos</b>	
	<u><b>Nota:</b></u>						
Empréstimos e debêntures	16	(230.138)	(283.139)	(31.556)	(44.129)	(175.899)	(31.555)
Passivo de arrendamentos	15	(9.741)	(12.274)	(3.065)	(2.652)	(4.227)	(2.330)
Fornecedores e outras contas a pagar	17	(32.107)	(32.107)	(32.107)	-	-	-
<b>Total</b>		<u><b>(217.832)</b></u>	<u><b>(327.520)</b></u>	<u><b>(66.728)</b></u>	<u><b>(46.781)</b></u>	<u><b>(180.126)</b></u>	<u><b>(33.885)</b></u>

Controladora		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 06	06–12	01–02	02–05
				meses	meses	anos	Anos
	<b>Nota:</b>						
Empréstimo de mútuo e debêntures	16	(54.154)	(74.093)	(7.524)	(11.669)	(24.453)	(30.447)
<b>Total</b>		<b>(54.154)</b>	<b>(74.093)</b>	<b>(7.524)</b>	<b>(11.669)</b>	<b>(24.453)</b>	<b>(30.447)</b>

Conforme divulgado na Nota 16, o Grupo tem empréstimos quirografários que incluem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento dessas cláusulas pode exigir que o Grupo liquide essas operações antes da data indicada na tabela acima. Essas cláusulas contratuais são monitoradas regularmente pelo Departamento de Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos e debêntures incluídos na tabela acima incluem as taxas de juros de mercado futuras na data do balanço e esses valores podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os fluxos de caixa incluídos na análise acima podem ocorrer significativamente mais cedo ou em valores significativamente diferentes.

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros e preços de ações – irão afetar a receita do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de taxas de juros*

O risco de taxa de juros é o risco de o Grupo incorrer em perdas econômicas em função de mudanças adversas nas taxas de juros, que podem ser causadas por fatores relacionados a crises econômicas e mudanças na política monetária do mercado interno e externo. Essa exposição refere-se principalmente a variações nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos e passivos do Grupo indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração do Grupo não restringe a exposição a diferentes taxas de juros e não estabelece limites entre taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

A Administração do Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de hedge para se proteger contra a volatilidade dessas taxas.

A Administração do Grupo realizou uma análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), visando demonstrar o impacto da variação das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando as seguintes taxas de juros para os próximos 12 meses:

- CDI de 11,61% a.a., com base na curva de juros futura (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);

**Consolidado em 31 de dezembro de 2021**

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário provável	Cenário I: deterioração de 25%	Cenário II: deterioração de 50%
				(i)	(i)	(i)
Aplicações Financeiras	42.326	Aumento do CDI	11,61%	4.913	6.142	7.370
Debêntures	(162.422)	Aumento do CDI	11,61%	(18.857)	(23.571)	(28.285)
Cédula de crédito bancário	(61.066)	Aumento do CDI	11,61%	(7.090)	(8.862)	(10.635)
<b>Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)</b>	<b>(181.162)</b>			<b>(21.034)</b>	<b>(26.291)</b>	<b>(31.550)</b>

**Consolidado em 31 de dezembro de 2020**

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário provável	Cenário I: deterioração de 25%	Cenário II: deterioração de 50%
				(i)	(i)	(i)
Aplicações Financeiras	48.565	Aumento do CDI	2,83%	1.375	12.145	24.290
Debêntures	(179.061)	Aumento do CDI	2,83%	(5.067)	(44.765)	(89.531)
Cédula de crédito bancário	(5.027)	Aumento do CDI	2,83%	(142)	(1.257)	(2.514)
<b>Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)</b>	<b>(135.508)</b>			<b>(3.834)</b>	<b>(33.877)</b>	<b>(67.755)</b>

- (i) Corresponde ao impacto anual (ou seja, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança já tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2021 e se não houvesse impacto nos demais fatores.

## 26 Partes relacionadas

### a. Transações entre partes relacionadas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
Ativo de indenização (i) (Nota 20)	900	1.675
	<u>900</u>	<u>1.675</u>
<b>Total de ativos com partes relacionadas</b>	<b>900</b>	<b>1.675</b>
	<b>900</b>	<b>1.675</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Ricardo Vantini (ii) (Nota 17)	(269)	(79)
Débitos com Pessoas Ligadas (iii)	(9.660)	-
	<u>(9.929)</u>	<u>(79)</u>
<b>Total de passivos com partes relacionadas</b>	<b>(9.929)</b>	<b>(79)</b>

- (i) Ativo de indenização: O montante de R\$ 900 de outras contas a receber no longo prazo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.675 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionista.
- (ii) Valores devidos ao Sr. Ricardo Vantini relativos a recebimentos recentes de recebíveis que estavam vencidos desde a época em que o Sr. Vantini era o controlador da Companhia. Esses reembolsos são acordados no Acordo de Acionistas.
- (iii) A SCG IV Holding SA (“SCG IV”) emitiu em 12/11/2019 debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real conforme Escritura Particular da 1ª Emissão entre a SCG IV - emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários S.A. (“Oliveira Trust”) - agente fiduciário. Na mesma data foi firmado o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras avenças entre o SCG III Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (posteriormente adquirido por Sun Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia) -cedente fiduciante, a Oliveira Trust - agente fiduciário com a interveniência e anuência da SCG IV- devedora garantida.

Foram constituídas, entre outras, conforme previsto nos instrumentos de constituição, as seguintes garantias em benefício dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário: a totalidade da ações da Mills Engenharia e Serviços SA (“Mills”) bem como os dividendos, proventos, lucros, rendimentos, frutos e direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores que vierem a ser apurados e/ou declarados pela Mills ao Cedente Fiduciante com relação as Ações Mills.

Durante o exercício de 2021 a Mills deliberou sobre a declaração de juros sobre capital através de Atas de Reunião do Conselho de Administração sendo os pagamentos efetuados em conta Escrow da SCG IV Holding SA nas seguintes datas:

- 15/06/2021: R\$ 1.212.796,09
- 30/08/2021: R\$ 4.197.303,58
- 30/11/2021: R\$ 4.249.798,39

A escritura de emissão das debentures tem vencimento definido para 12/11/2024, data em que ocorrerão os respectivos pagamentos.

### **Remuneração do pessoal chave da administração**

A SCG IV Holdung SA não remunera seus Diretores.

A Tópico considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os benefícios de curto prazo compostos por pró-labore e contribuições para a previdência social, conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários	2.994	2.488
Bônus	1.034	689
	<u><b>4.028</b></u>	<u><b>3.177</b></u>

## 27 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	2021	2020
Adição de arrendamento por contrato de direito de uso	6.635	3.841

## 28 Eventos subsequentes

Em treze de abril de 2022 a controlada Tópico realizou a terceira emissão de debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000 e valor total deste título de crédito de montante de R\$ 180 milhões. O saldo do valor nominal unitário terá amortizações trimestrais e consecutivas nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com carência de um ano sendo que a primeira amortização de juros ocorrerá em julho de 2022 e a primeira amortização de principal ocorrerá em julho de 2023, a última em janeiro de 2027 conforme termos da escritura desta emissão. A taxa de juros desta debêntures é de CDI + 3,25% a.a., possuindo uma garantia de R\$ 8 milhões de recebíveis de receita de locação mensal e um volume mínimo trimestral de R\$ 36 milhões de recebíveis de locação, transitando em conta corrente "escrow" do Banco Santander. O covenant "cláusula de vencimento antecipado" é de 2,5 vezes a dívida líquida / EBITDA, medido ao final de cada exercício.

\* \* \*

Gustavo Pereira de Freitas Santos  
Diretor Presidente

Rafael Pinto Dias  
Diretor

Marco Aurelio Rogerio Franco  
CRC 1.SP-127276/O-5